



O embate fronteiriço paraense: a tentativa de divisão do Pará e da criação do estado de Carajás (1984 – 1992)

Jeremias Oliveira Santana
Luciel dos Santos Silva
Roberg Januário dos Santos

Agência financiadora: CNPq

Resumo: Este trabalho objetiva analisar os pronunciamentos em torno da criação do Estado de Carajás no Pará, perscrutando a batalha discursiva pertinente aos primeiros anos de lançamento da proposta de criação do mencionado Estado, com especial atenção na reverberação da proposta na imprensa e na movimentação política em torno do movimento pró-Carajás. É importante perceber que no Brasil, desde a época do Império, inúmeras propostas de redivisão do território emergiram na cena política, algumas destas propostas alcançaram resultado efetivo, como é o caso do Mato Grosso do Sul e do Tocantins. É notório observar que propostas para a continuidade desse processo de divisão estão em curso, tendo como palco principal o Congresso Federal do Brasil. Metodologicamente o projeto seguiu quatro fases de pesquisa: leitura de bibliografia sobre o tema de estudo; coleta e interpretação de documentos (ofícios, requerimentos, convocatórias e projetos) do Legislativo municipal de Xinguara no que concerne à participação das elites políticas xinguaenses no projeto de criação do Estado do Carajás; pesquisa no arquivo do jornal O Liberal (Pará) com vistas a compreender o debate sobre a criação do Estado de Carajás na imprensa paraense; juntada da documentação e leitura sistêmica e global dos aspectos históricos que envolvem o objeto de pesquisa. O projeto é uma contribuição ao conhecimento histórico do movimento separatista paraense, sobretudo, no período entre meados da década de 1980 e início da década de 1990, um primeiro momento de maior debate em torno da criação do Estado de Carajás, fase das articulações políticas em torno da proposta, apresentação de projetos no Congresso Federal e repercussões na imprensa, pois muito do que se conhece sobre o tema provém do debate em torno do plebiscito de 2011 acerca da divisão do território paraense nos Estados do Tapajós e Carajás.

Palavras chave: Pará. Carajás. Imprensa.

1. INTRODUÇÃO

No campo da História, este trabalho supri uma lacuna, uma vez que não se conhece nenhum estudo que problematize o referido assunto, pois nota-se um número maior de trabalhos no âmbito da Geografia, com real atenção as questões territoriais. Além do que, outro conjunto de estudos, em um horizonte epistemológico interdisciplinar, tem estudado a questão em tela com ênfase no momento que antecede e sucede o plebiscito de 2011, quando a população paraense rejeitou a proposta separatista, deixando a historicidade dos momentos mais efervescentes, situados entre 1985 a 1992, fora do raio de estudos. Nestes termos, considera-se que a questão em torno da criação do Estado de Carajás possui dois momentos distintos e sintomáticos de maior visibilidade: o momento entre 1985 e 1992 e o momento da realização do plebiscito de 2011. Este trabalho realiza uma verdadeira arqueologia das relações de força em torno da criação do Estado de Carajás na temporalidade em que as propostas de criação do novo de Estado ganharam visibilidade no Pará e no Brasil, o primeiro momento mais destacado da questão, quando os segmentos políticos e sociais passaram a se pronunciar sobre o tema fazendo emergir uma batalha de discursos e ações pró-Carajás, bem como contra a criação do Estado.

O caso Carajás é produto das preocupações com o território, é demanda de construção territorial face uma divisão de um território maior, notadamente o Estado do Pará. Aproximando-se da Geografia, podemos discutir território a partir de Claude Raffestin (2009, p. 26), para quem “É fundamental entender como o espaço está em posição que antecede ao território, porque este é gerado a partir do espaço, constituindo o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível”. Ou seja, o território é fruto da ação sobre o mesmo, geralmente chamada de territorialização, que pode ocorrer por meio de representações, pois ainda de acordo com Claude Raffestin (In: SAQUET; SPOSITO 2009, p. 33): “Os territórios constituem o mundo material percebido e se tornam a “matéria-prima” oferecida à imaginação, para ser “trabalhada” e produzir imagens ou representações que podem ser manifestadas através de diversos tipos de linguagem[...]”:

No caso específico deste texto, pretende-se pensar o espaço de modo mais próximo do campo da História e por isso aproxima-se da percepção de território articulada ao espaço, pois segundo Rosa Maria Vieira Medeiros “O território é um espaço de identidade ou pode se dizer que é um espaço de identificação”. Ainda Medeiros (In: SAQUET; SPOSITO 2009, p. 217) considera que: “O território é, de início, um espaço cultural de identificação ou de pertencimento e a sua apropriação só acontece em um segundo momento. O território é, assim como um espaço político, um jogo político, um lugar de poder. Definir seus limites, recortá-lo, é sinônimo de dominação, de controle”.

Fruto dos resultados de uma pesquisa de iniciação científica, este texto possui como fontes privilegiadas as matérias do jornal paraense: *O Liberal*, no período entre 1984 e 1992, pois compreendese que este jornal se tornou porta-voz da discussão separatista no Pará, notadamente por questões históricas e políticas, como se verá mais adiante. Foram selecionadas as matérias mais oportunas do debate separatista. Nestes termos, algumas questões embasam este texto: quais as condições históricas de emergência do movimento separatista sul paraense? Quais os argumentos do discurso político sobre o separatismo paraense, em particular o caso Carajás? Quais os agentes e instituições envolvidas neste processo e discussão separatista?

Outras fontes deste texto são documentos do Congresso Federal e atos de comunicação oficial dos poderes legislativos locais (atos, ofícios), fontes estas que serão lidas enquanto pronunciamentos, entendidos aqui como peça oratória escrita ou proferida em público com fins de comunicação para um dado público e registrada pelos mais variados suportes e meios de memória e arquivamento.

Albuquerque Junior ao definir o conceito de pronunciamento, elenca que este diz respeito a um “ato ou efeito de publicamente expressar uma opinião, manifestar-se em defesa de dadas teses ou posições políticas, morais, religiosas, filosóficas, éticas, econômicas, jurídicas, estética, etc. Trata-se do ato de exprimir-se verbalmente, de proferir ou articular um discurso [...]”(ALBUQUERQUE JUNIOR, In: PINSKY; LUCA, 2013, p. 225).

Com isso, a priori, considera-se que a proposta de criação do Estado de Carajás ganhou amplitude e notoriedade mediante um conjunto de pronunciamentos amplificados a partir de atos e práticas que estiveram envoltos no horizonte de ações pró-Carajás e a divisão do Estado do Pará. Buscamos na obra *A identidade Cultural na pós-modernidade* de Stuart Hall subsídios para melhor compreensão do que diz respeito ao processo de identidade tão discutida na obra que pelo que aponta tem uma miríade de fatores intrínsecos a essa questão e que perpassam por diversos âmbitos das questões de pertencimentos, religião dentre tantas outras. O separatismo no Pará está também ligado a uma questão identidade e de apropriação do que é ser “paraense”.

2. MATERIAL E MÉTODOS

No que concerne a pesquisa na Câmara Municipal da cidade de Xinguara, foram feitas visitas prévias ao local onde se encontrava o arquivo para ver em que condições o mesmo se encontrava para assim traçarmos um método mais eficiente no momento de trabalho *in loco*. Como estavam todas as caixas em tempo cronológico desorganizadas solicitamos ao presidente da Câmara permissão para reorganizá-las para melhor forma de pesquisa e obtivemos êxito na solicitação. Trabalhamos com uma ficha catalográfica, nela eram escritas as diversas situações encontradas em cada caixa de arquivo, como por exemplo o estado do material, o conteúdo da mesma. Foi elaborada outra ficha registrar todos os dados referente ao documento: tipo do documento, a descrição e o ano dentre outras informações. Foi cedido também um caderno para anotações onde foram anotados os dias da pesquisa, informações sobre as caixas e arquivos encontrados em cada dia de pesquisa. Parte das entrevistas já foram transcritas; o material registrado na Câmara Municipal já foi catalogado. Todavia, esta comunicação concentra-se na pesquisa realizada no jornal *O Liberal* (PA), pois escolhemos as fontes do jornalismo como as mais representativas do debate em torno da criação do Estado do Carajás. A pesquisa baseia-se em matérias de *O Liberal* disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>). Para o trabalho com as fontes da imprensa, foi elaborada uma ficha para a catalogação das matérias que importam ao tema em tela da pesquisa. Com a referida catalogação, o passo seguinte foi uma análise sistêmica da natureza das matérias e a construção do texto. Foram ainda pesquisados documentos, como Projetos de Decretos Legislativos do Congresso Federal na perspectiva do cruzamento de fontes, ou seja, as informações das matérias cruzadas com as informações dos projetos do legislativo Federal, bem como do legislativo de Xinguara.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As propostas de redivisão territorial no Brasil possuem uma longa história, com ênfase no período imperial (Mello, 1999), derivadas de uma diversidade de causas, as mais recorrentes acabam sendo a busca pelo desenvolvimento regional, autonomia para gerir recursos gerados nos espaços que propõe a divisão e o argumento de oferecer melhor infraestrutura à população que habita os espaços alvos das divisões. A década de 1980 foi sintomática para o surgimento das propostas separatistas, conforme aponta Andrade (1997), pois a divisão do Estado do Mato Grosso com a consequente criação do Estado do Mato Grosso do Sul, em 1977, recrudescer as propostas separatistas, uma vez que reanimou e forneceu exemplo para os movimentos e grupos que buscavam feitos semelhantes, a exemplo da criação do Estado do Tocantins, em 1988. Além do mais, a reabertura política e a elaboração da Constituição da República Brasileira de 1988 reabriu a possibilidade à sociedade de expressar sua vontade, o que significou aos interessados na emancipação de determinados espaços em Unidades Federativas a possibilidade de, através do sufrágio popular (plebiscito), reabrir não só a política do país, mas também reabrir, ou melhor, redividir territórios até então constituídos.

O estudo dos casos dos Estados do Tapajós e de Carajás no território do atual Estado do Pará permitem analisar melhor a dinâmica histórica que envolve processos separatistas no Brasil, haja vista ser possível problematizar o papel dos grupos políticos, a batalha discursiva na imprensa e a articulação entre a classe política da região e outros segmentos, como o empresariado e associações. Nestes termos, é possível compreender que houve uma verdadeira batalha de discursos e pronunciamento da imprensa jornalística paraense, cujo um dos palcos foi o jornal *O Liberal*. Para exemplificar o teor dos pronunciamentos na imprensa envolvendo

a questão separatista, leia-se o discurso do Governador Hélio Gueiros, ocasião para flagrarmos a produção identitária do “paraense” e do “forasteiro” no pronunciamento político:

Sou frontalmente contrário ao estado de Carajás e acho mesmo uma falta de solidariedade de “forasteiros” – como maranhenses, baianos, goianos, capixabas, etc, - que vêm tangidos pelas dificuldades e flagelos de suas terras natais, chegarem ao Pará e se apossarem de nossas melhores áreas e, em seguida, quererem tomá-las (O LIBERAL, 12/03/1989, p.12).

Deve-se notar que *O Liberal*, embora tenha divulgado várias matérias de teor contra a divisão e tenha tido um maior número de matérias que reverberaram um tom contrário a divisão territorial do Pará, abriu um pouco mais seu espaço jornalístico para discursos e pronunciamentos daqueles que defendiam a criação do Estado de Carajás.

Além disso, percebe-se que o movimento pró-Carajás já se articulava no Sul e Sudeste do Pará bem antes da oficialização da proposta de criação do novo Estado no Congresso Federal em 1989, visto que em 1985 já circulavam entre as câmaras municipais da região comunicados acerca de reuniões para o debate do tema. Ainda se faz lembrar que, de acordo com as fontes consultadas, o movimento separatista carajaense, na temporalidade em tela, transparece que teve sua maior base de sustentação entre os vereadores da região, visto as comunicações oficiais encaminhadas pelas lideranças do movimento às câmaras municipais e a própria organização do movimento, seja realizando eventos ou colocando a proposta separatista como bandeira basilar de campanha de sua principal associação, a Associação de Vereadores do Sul do Pará - AVESPA. O protagonismo dos vereadores não foi algo apenas específico do caso Carajás, Segundo Laurindo Pereira (2005) as elites norte-mineiras organizavam-se em Montes Claros para emancipar a região em um Estado autônomo, sendo o legislativo municipal de Montes Claros assumiu o debate.

As relações de força entrecruzadas em torno da criação do Estado de Carajás forjaram situações políticas em que por mais que isoladamente prefeitos da região tenham alavancado o discurso separatista, as lideranças das duas principais associações de prefeitos (Associação dos prefeitos da região da rodovia Transamazônica; Associação dos Municípios do Araguaia/Tocantins) desta mesma região se postaram contra a divisão do Estado à época, o que reforça a hipótese da importância dos vereadores da região como principal base de apoio das lideranças separatistas. A base de apoio do movimento próCarajás provinha de dois núcleos, a saber: os vereadores da cidade de Marabá, no Sudeste paraense e os vereadores das cidades de Redenção e Conceição do Araguaia no Sul do Pará.

4. CONCLUSÃO

O estudo de caso carajaense contribui para a compreensão da questão das propostas de redivisão das unidades federativas brasileiras, uma vez que vários aspectos discutidos neste texto iluminam questões importantes de separatismo territorial no país. O movimento pró-emancipação do Estado de Carajás reivindicou o desmembramento da região em um estado autônomo, capaz de garantir autonomia política, apropriação das riquezas locais e a reparação histórica pelo dito esquecimento da região por parte do Estado do Pará. Na discussão separatista paraense capitaneada pelos grupos locais, enquanto o Tapajós estaria à espera da estruturação com vistas ao desenvolvimento, o Carajás já possuiria as condições de desenvolvimento (riquezas minerais), apenas faltando uma administração local/estadual desta riqueza (MARQUES, 2004?).

5. REFERÊNCIAS E CITAÇÕES

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Discursos e Pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA, Tânia Regina (Org.) **O historiador e suas fontes**. – 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

ANDRADE, Manuel Correia de. **As Raízes do Separatismo no Brasil**. Recife. Editora Universitária da UFPE, 1997.

MARQUES, Flávio Fares. Estado e Desenvolvimento no Discurso pela Emancipação das Regiões Oeste e Sudeste do Pará. In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas; LIMA, Maria Rosenane Pinto. **Faces da História da Amazônia**. Belém: Associação Nacional de História;Ed. Paka Tatu, 2004?

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte Agrário e o Império (1871 – 1889)** Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

PEREIRA, Laurindo Mékie. O Estado de São Francisco: um sonho regionalista norte-mineiro. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos** /--1.ed.-- São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais/**. Tomaz Tadeu da Silva (org.) Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
Jornal O Liberal (Pará) - 1987 – 1992.